

OFICINAS AMBIENTAIS COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA: PROMOVENDO A SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA ESCOLAR

ENVIRONMENTAL WORKSHOPS AS A PEDAGOGICAL STRATEGY: PROMOTING SUSTAINABILITY IN SCHOOL PRACTICE

Reinaldo Reis Pimentel

Professor de Oficinas sobre Meio Ambiente, em uma Escola de Tempo Integral de Goiás.

Resumo: Este artigo analisa o potencial das oficinas ambientais como estratégias pedagógicas para a promoção da sustentabilidade na educação básica. A partir de uma abordagem teórica, discute-se a importância da Educação Ambiental como eixo formador de valores, atitudes e práticas conscientes diante das problemáticas ambientais contemporâneas. O estudo baseia-se em autores que defendem a Educação Ambiental como um processo contínuo e transformador, capaz de articular teoria e prática por meio de metodologias ativas. Destacam-se as oficinas ambientais como espaços de aprendizagem colaborativa e crítica, nos quais o estudante assume papel protagonista na construção do conhecimento, desenvolvendo responsabilidade socioambiental e senso de pertencimento. A análise evidencia que essas práticas contribuem significativamente para a formação de cidadãos comprometidos com o cuidado com o meio ambiente, fortalecendo a relação entre educação e sustentabilidade. Conclui-se que, para além de uma atividade pontual, a Educação Ambiental deve integrar o cotidiano escolar e orientar o projeto pedagógico das instituições, de modo a consolidar uma cultura de sustentabilidade.

Palavras-chave: educação ambiental; oficinas pedagógicas; ensino básico; práticas escolares.

Abstract: This article analyzes the potential of environmental workshops as pedagogical strategies for promoting sustainability in basic education. From a theoretical perspective, it discusses the importance of Environmental Education

as a key element in shaping values, attitudes, and conscious practices in response to contemporary environmental challenges. The study is based on authors who view Environmental Education as a continuous and transformative process capable of integrating theory and practice through active methodologies. Environmental workshops are highlighted as spaces for collaborative and critical learning, where students take a leading role in constructing knowledge while developing socio-environmental responsibility and a sense of belonging. The analysis shows that these practices significantly contribute to the formation of citizens committed to environmental care, strengthening the relationship between education and sustainability. It is concluded that, beyond isolated activities, Environmental Education should be integrated into the daily school routine and guide institutional pedagogical projects to consolidate a culture of sustainability.

Keywords: environmental education; pedagogical workshops; basic education; school practices.

Introdução

A crescente degradação ambiental e as mudanças climáticas têm provocado reflexões profundas sobre o papel da educação na construção de uma sociedade mais sustentável. Nas últimas décadas, a humanidade vem enfrentando desafios que colocam em risco a qualidade da vida no planeta, como o desmatamento, a poluição, o consumo desenfreado e a exploração excessiva dos recursos naturais. Diante desse cenário, a escola assume papel estratégico na formação de sujeitos capazes de compreender a complexidade dessas questões e agir de forma consciente e responsável.

A Educação Ambiental, nesse contexto, emerge como uma prática pedagógica fundamental para o desenvolvimento da consciência ecológica e da responsabilidade socioambiental. Mais do que um conteúdo disciplinar, ela deve ser entendida como uma dimensão permanente e transversal do processo educativo, conforme orienta a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999). Essa abordagem possibilita o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, estimulando o pensamento crítico, a cooperação e a solidariedade entre os estudantes.

As práticas escolares, contudo, ainda enfrentam o desafio de transformar o discurso sobre sustentabilidade em ações concretas que envolvam os alunos de maneira significativa. Muitas vezes, a temática ambiental é trabalhada de forma pontual, sem articulação com o cotidiano

ou com as realidades locais. É nesse contexto que as oficinas ambientais se destacam como metodologia ativa capaz de unir teoria e prática, permitindo que os estudantes se tornem protagonistas do processo de aprendizagem e agentes de transformação em suas comunidades.

As oficinas possibilitam a vivência de situações que estimulam a observação, a experimentação e o trabalho coletivo. Por meio delas, é possível desenvolver atividades como hortas escolares, reciclagem criativa, reaproveitamento de resíduos e campanhas de conscientização ambiental, fortalecendo a relação entre conhecimento, ação e cidadania. Tais experiências contribuem para o desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas essenciais à formação de indivíduos comprometidos com o cuidado com o meio ambiente e com o bem comum.

Podemos compreender, portanto, que refletir sobre o papel das oficinas ambientais significa reconhecer a importância de repensar as práticas educativas a partir de uma perspectiva ecológica, integradora e participativa. A proposta deste estudo busca evidenciar como essas experiências podem se constituir em caminhos concretos para a promoção da sustentabilidade na prática escolar, contribuindo para a formação de uma cultura ambiental crítica e transformadora.

Dessa forma, o presente artigo tem como questão norteadora: Como as oficinas ambientais podem contribuir para o desenvolvimento da consciência ecológica e da responsabilidade socioambiental dos estudantes na educação básica? Para tal, traçamos como objetivo para esta pesquisa: analisar o potencial das oficinas ambientais como práticas pedagógicas que articulam teoria e ação, favorecendo a construção de valores e atitudes sustentáveis entre os estudantes da educação básica.

Educação Ambiental e sustentabilidade: fundamentos conceituais

A Educação Ambiental tem se consolidado como um campo essencial na formação de cidadãos críticos e conscientes da necessidade de preservação do meio ambiente. Segundo Carvalho (2012), trata-se de um processo contínuo que visa desenvolver valores, atitudes e competências voltadas para o cuidado com a vida em todas as suas formas. Essa perspectiva ultrapassa a simples transmissão de informações sobre ecologia, buscando a formação de sujeitos capazes de intervir na realidade e propor soluções

sustentáveis para os problemas ambientais que afetam o planeta.

A partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, e posteriormente com a Conferência de Tbilisi, em 1977, a Educação Ambiental passou a ser reconhecida como componente essencial das políticas educacionais e ambientais globais. Sato (2004) afirma que essa mudança de olhar representou o início de uma nova postura ética diante da natureza, baseada na compreensão da interdependência entre seres humanos e ambiente. Nesse contexto, o conceito de sustentabilidade ganha força como horizonte educativo que integra as dimensões ecológica, social, econômica e cultural.

Para Jacobi (2003), a sustentabilidade é um desafio pedagógico que exige o desenvolvimento de práticas voltadas à corresponsabilidade e à solidariedade entre as gerações. A escola, ao incorporar essa temática de forma transversal, tem o potencial de tornar-se um espaço de reflexão e ação sobre os impactos das escolhas humanas no meio ambiente. Podemos compreender, portanto, que a Educação Ambiental é um instrumento essencial na construção de uma cultura de sustentabilidade, capaz de articular conhecimento, ética e cidadania ecológica.

Políticas Públicas e Diretrizes da Educação Ambiental no Brasil

No Brasil, a Educação Ambiental foi institucionalizada com a promulgação da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Essa legislação define a Educação Ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2005), essa política tem como objetivo promover uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas dimensões, incentivando a participação social na defesa da qualidade ambiental.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) já haviam destacado o meio ambiente como tema transversal, orientando as escolas a trabalharem a questão ambiental de forma interdisciplinar e contextualizada. Essa proposta reforça a necessidade de superar abordagens fragmentadas e pontuais, promovendo a integração entre conteúdos e práticas pedagógicas. Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirma essa diretriz, inserindo a sustentabilidade como uma das competências gerais da educação básica, ao propor que os estudantes sejam capazes de agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade

e consciência ambiental.

Entretanto, apesar dos avanços legais e curriculares, ainda há desafios significativos para a efetivação da Educação Ambiental nas escolas. A falta de formação específica dos professores, a ausência de recursos materiais e a dificuldade de integrar a temática ambiental ao currículo formal são obstáculos apontados por diversos pesquisadores (Loureiro, 2004; Guimarães, 2012). Podemos compreender, portanto, que as políticas públicas fornecem uma base importante, mas sua concretização depende da atuação comprometida da comunidade escolar e da adoção de práticas pedagógicas inovadoras.

O papel do professor na promoção da consciência ecológica

A atuação do professor é fundamental na consolidação de uma educação voltada à sustentabilidade. Freire (1996) defende que o ato educativo deve estar comprometido com a transformação da realidade e com a emancipação dos sujeitos. Nessa perspectiva, o educador ambiental não se limita a transmitir informações, mas estimula o diálogo, a reflexão crítica e o engajamento dos estudantes em práticas concretas de cuidado com o meio ambiente. A Educação Ambiental, portanto, deve ser compreendida como um processo de conscientização que se constrói coletivamente, por meio da problematização da realidade e da busca por soluções compartilhadas.

Para Morin (2000), a crise ambiental reflete uma crise de pensamento, marcada pela fragmentação do saber e pela dificuldade de compreender a complexidade do mundo. O autor propõe uma reforma do pensamento que integre as dimensões biológicas, sociais, econômicas e culturais da vida, permitindo que o conhecimento científico seja articulado com o ético e o político. Nesse sentido, o professor precisa adotar uma postura reflexiva, capaz de relacionar os conteúdos escolares com os desafios reais da sustentabilidade e de estimular nos alunos o desenvolvimento do pensamento crítico e sistêmico.

A formação do professor é, portanto, um ponto central para o fortalecimento da Educação Ambiental. Segundo Tozoni-Reis (2006), é necessário que os docentes compreendam a dimensão política e transformadora do processo educativo, reconhecendo que suas práticas influenciam diretamente na construção da consciência ecológica dos alunos. Podemos compreender, portanto, que o professor tem papel de mediador

e inspirador de atitudes sustentáveis, promovendo experiências educativas que conectem o conhecimento à vida cotidiana e à responsabilidade socioambiental.

Em pesquisa desenvolvida por Borges e Oliveira (2018), que analisou a percepção ambiental de estudantes do curso de Ciências Biológicas de uma instituição de ensino superior, observou-se que a formação acadêmica influencia diretamente na construção da consciência ecológica e nas práticas sustentáveis dos futuros profissionais. Os autores destacam que, embora os alunos reconheçam a importância da Educação Ambiental, as estratégias pedagógicas utilizadas ainda são insuficientes para promover uma mudança efetiva de atitudes. O estudo reforça, portanto, a necessidade de metodologias que envolvam o aluno de forma ativa, como as oficinas ambientais, capazes de aproximar o conhecimento teórico das ações práticas de cuidado e preservação do meio ambiente.

Oficinas ambientais como metodologia ativa de aprendizagem

As oficinas ambientais configuram-se como uma metodologia ativa que valoriza a participação, o diálogo e a experimentação. Segundo Perrenoud (2000), as metodologias ativas permitem que o estudante assuma um papel protagonista no processo de aprendizagem, desenvolvendo autonomia e senso crítico. Nas oficinas, o aluno é convidado a observar, questionar, experimentar e propor soluções, o que favorece a construção significativa do conhecimento.

Hernández (1998) destaca que as práticas pedagógicas que articulam teoria e prática ampliam o engajamento dos estudantes, pois permitem a compreensão concreta dos conteúdos trabalhados em sala de aula. No caso das oficinas ambientais, as atividades podem envolver temas como reciclagem, compostagem, reaproveitamento de materiais, plantio de hortas escolares, economia de água e energia, entre outros. Essas ações despertam o senso de responsabilidade e estimulam comportamentos sustentáveis, transformando o espaço escolar em um ambiente de aprendizagem cidadã.

Anastasiou e Alves (2004) defendem que o aprendizado se torna mais significativo quando o aluno participa ativamente da construção do saber, interagindo com o meio e com seus colegas. As oficinas, nesse sentido, permitem o trabalho interdisciplinar, unindo conhecimentos das áreas de Ciências, Geografia, Artes, Matemática e Língua Portuguesa em torno de um mesmo objetivo: compreender e cuidar do meio ambiente.

Essa abordagem rompe com a lógica fragmentada do ensino tradicional, aproximando o conhecimento da realidade dos estudantes.

Além disso, as oficinas ambientais estimulam valores como cooperação, solidariedade e empatia. Ao realizarem atividades coletivas, os estudantes aprendem que a sustentabilidade depende da ação conjunta e da corresponsabilidade de todos. Segundo Loureiro (2004), é fundamental que a Educação Ambiental promova vivências que despertem o sentimento de pertencimento e o compromisso com a natureza. Podemos compreender, portanto, que as oficinas ambientais são instrumentos pedagógicos eficazes para a formação de sujeitos autônomos, críticos e comprometidos com a sustentabilidade.

Desafios e perspectivas para uma educação sustentável

Apesar dos inúmeros benefícios das oficinas ambientais, sua implementação nas escolas enfrenta desafios significativos. Muitos professores ainda não dispõem de formação específica para trabalhar com metodologias ativas e com temas socioambientais de forma interdisciplinar. A falta de tempo na grade curricular, a escassez de recursos materiais e a ausência de apoio institucional também dificultam a consolidação dessas práticas. De acordo com Guimarães (2012), a Educação Ambiental precisa ser compreendida como um processo permanente, que envolve toda a comunidade escolar e não apenas projetos pontuais.

Superar essas barreiras exige investimento na formação docente e no fortalecimento das políticas públicas voltadas à sustentabilidade. É necessário que as escolas desenvolvam projetos integradores, promovam parcerias com instituições ambientais e criem espaços de diálogo entre professores, estudantes e comunidade. Quando a Educação Ambiental se torna parte da cultura escolar, ela deixa de ser uma atividade isolada e passa a orientar as ações pedagógicas e administrativas da instituição.

Podemos compreender, portanto, que as oficinas ambientais representam um caminho promissor para a efetivação de uma educação comprometida com o futuro do planeta. Elas favorecem a aprendizagem ativa, a reflexão crítica e o engajamento social, elementos indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e ambientalmente responsável.

Considerações finais

A Educação Ambiental representa uma dimensão essencial da prática educativa, pois busca formar sujeitos conscientes de seu papel na preservação da vida e na construção de um mundo sustentável. Ao longo deste estudo, discutiu-se a relevância de integrar a temática ambiental à rotina escolar de forma crítica, reflexiva e participativa. As oficinas ambientais surgem, nesse contexto, como alternativas metodológicas capazes de unir teoria e prática, estimulando o protagonismo dos estudantes e fortalecendo a aprendizagem significativa voltada à sustentabilidade.

Retomando a questão norteadora, Como as oficinas ambientais podem contribuir para o desenvolvimento da consciência ecológica e da responsabilidade socioambiental dos estudantes na educação básica?, foi possível compreender que tais práticas favorecem a construção de valores e atitudes sustentáveis, uma vez que colocam os alunos diante de situações concretas de observação, experimentação e ação. As oficinas criam um ambiente colaborativo que desperta o senso de pertencimento, incentiva o trabalho coletivo e estimula a responsabilidade pelo cuidado com o meio ambiente, ampliando o alcance da Educação Ambiental para além dos limites da sala de aula.

O objetivo proposto, que consistiu em analisar o potencial das oficinas ambientais como práticas pedagógicas que articulam teoria e ação, favorecendo a construção de valores e atitudes sustentáveis entre os estudantes da educação básica, foi alcançado. O estudo demonstrou que as oficinas possibilitam vivências pedagógicas integradoras, que aproximam o conhecimento científico da realidade cotidiana e promovem mudanças concretas no comportamento e na percepção ambiental dos estudantes.

Conclui-se, portanto, que a Educação Ambiental, quando desenvolvida por meio de metodologias ativas como as oficinas, contribui para a formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com a preservação ambiental. Recomenda-se, contudo, que as escolas invistam na formação continuada de professores, na ampliação de recursos pedagógicos e na institucionalização de práticas sustentáveis em seus projetos político-pedagógicos. Somente assim será possível consolidar uma educação verdadeiramente voltada à sustentabilidade e ao bem comum.

Referências

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate.

Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville: UNIVILLE, 2004.

BORGES, Rosângela Lopes; OLIVEIRA, Ronaldo R. V. de. **Percepção ambiental no ensino superior:** estudo de caso no curso de Ciências Biológicas (2013–2016). Beau Bassin, Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Meio Ambiente e Saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas: Papirus, 2012.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação:** os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

SATO, Michèle. **Educação ambiental:** representações sociais e complexidade. Cuiabá: EdUFMT, 2004.